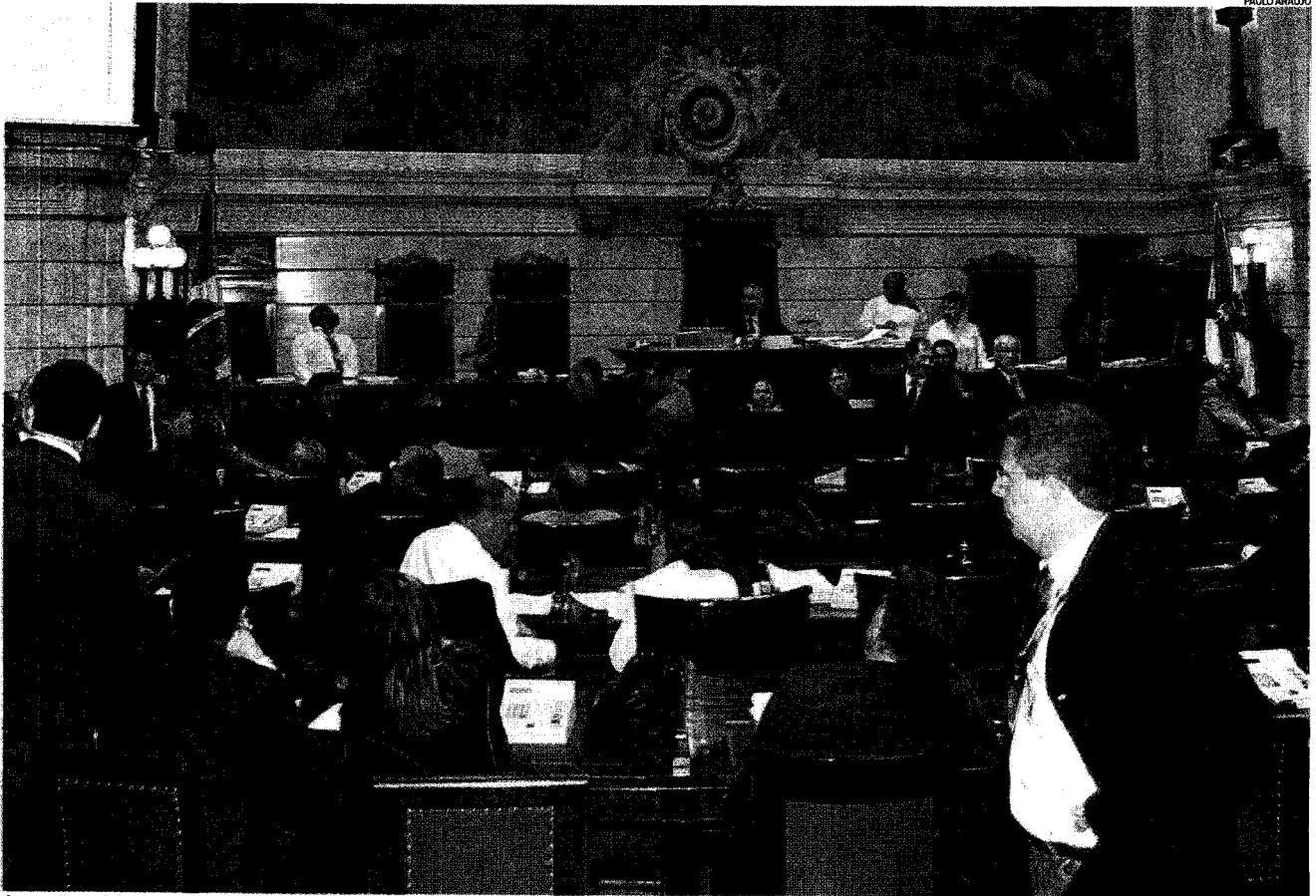




PAULO ARAÚJO



A votação mobilizou a Câmara dos Vereadores: 60% dos parlamentares votaram a favor do novo tributo, que será cobrado na conta de luz. Base governista atuou pela aprovação

# CARIOCAS VÃO PAGAR MAIS UM IMPOSTO: A TAXA DE LUZ

**Tributo, que varia entre R\$ 2 e R\$ 90, foi aprovado ontem na Câmara Municipal por 34 a 12**

THIAGO PRADO  
thiago.prado@odianet.com.br

**M**ais um imposto vai pesar no bolso do carioca a partir do ano que vem. A Câmara Municipal aprovou ontem, por 34 votos a 12, a criação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), taxa mensal que vai variar entre R\$ 2 e R\$ 90, dependendo do consumo de energia da residência ou comércio. A proposta — que, em maio, era rejeitada por 31 parlamentares conforme levantamento feito por **O DIA** na época — foi aceita por mais de 60% da Casa. Ou seja, 17 políticos mudaram de ideia em menos de seis meses. Após manobra da base governista, o projeto de lei de autoria do vereador Luiz Carlos Ramos (sem partido) foi colocado em pauta e aprovado em duas discussões. O prefeito Eduardo Paes pretende sancionar a lei. Outros municípios já tentaram criar a taxa, que foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

O novo imposto estará incluído na fatura mensal da Light. Quem consome até 80 kWh de energia estará isento. Acima de 10.000 kWh, o valor cobrado a mais chegará a R\$ 90. O dinheiro vai para o Fundo Especial de Ilu-

minação Pública, vinculado à Secretaria Municipal de Obras. Parlamentares contrários à proposta questionaram o destino do dinheiro arrecadado. “Recurso vinculado não é garantia de nada. Por acaso a CPMF era usada na saúde?”, criticou a vereadora Clarissa Garotinho (PMDB), uma das 12 parlamentares que votaram contra a proposta na segunda discussão — 34 disseram ‘sim’, 3 faltaram à sessão, e Patrícia Amorim (PMDB), recém-eleita presidente do Flamengo, assinou presença e foi embora sem participar. Eliomar Coelho (PSOL) votou contra na primeira discussão e deixou o plenário. “Esses recursos serão usados só na iluminação pública. As pessoas vão entender que é para o bem delas”, discursou o líder do governo, Adilson Pires (PT).

A previsão de arrecadação com a nova taxa é de cerca de R\$ 120 milhões por ano. “Vamos criar um imposto que vai render mais do que tem hoje a RioLuz. Não há necessidade”, disse Paulo Pinheiro (PPS), em referência à execução orçamentária da RioLuz. Em 2009, a autarquia teve previsão de R\$ 53 milhões em caixa, ampliados para R\$ 60 milhões durante o ano. Mas só R\$ 40 milhões foram empenhados pela prefeitura e R\$ 33,8 milhões efetivamente pagos. “Sou da base do governo, mas não digo amém para tudo que a prefeitura

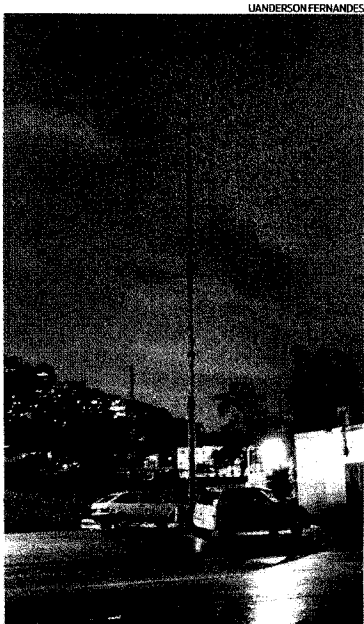


quer”, afirmou Reimont (PT), que foi contra. Em nota, Paes alegou que a ideia de criar o imposto não foi dele: “O projeto foi iniciativa da administração passada e vem sendo discutido há muito tempo. A aprovação é importante para a cidade. O Rio é das poucas capitais do País em que a taxa não é cobrada. O projeto do meu antecessor tem o objetivo de reparar a distorção. Minha intenção é sancioná-lo”.

Paes se referia ao projeto que tramitava na Câmara — enviado pelo ex-prefeito Cesar Maia em 2003 — para criar a Cosip. O antigo texto estipulava que o tributo seria de R\$ 3,50, cobrado no IPTU de cada imóvel. Ficariam isentos os que já não pagam o imposto predial. O orçamento de 2008 chegou a prever que a nova taxa arrecadaria R\$ 3,5 milhões ao ano, mas a proposta nunca foi levada adiante pela gestão de Cesar. Este ano, Luiz Carlos Ramos apresentou o substitutivo ao projeto vinculando a tributação à conta de luz. O Fundo Especial da Iluminação Pública será criado pela prefeitura via decreto, o que causou revolta de vereadores da oposição.

Segundo o procurador jurídico federal Leandro Velloso, o projeto aprovado na Câmara é ilegal. Segundo ele, o IPTU pago pelos cariocas já inclui percentual destinado à iluminação pública. “Qualquer um poderá entrar na Justiça. O Ministério Público também poderia propor uma ação coletiva, assim como os condomínios”, afirmou.

**Município espera arrecadar R\$ 120 milhões a mais por ano com a taxa. O prefeito Eduardo Paes vai sancioná-la**



Na Av. Radial Oeste, iluminação pública deficiente

**OS 17 QUE MUDARAM DE IDEIA**



Cristiano Girão (PMN)



Elton Babú (PT)



Fausto Alves (PTB)



Fernando Moraes (PR)



João Mendes de Jesus (PR)



Jorge Manala (PDT)



Jorginho da SOS (DEM)



Lilliam Sá (PR)



Faixa de consumo em kWh	Quanto já vem na sua conta	Valor da Taxa de Iluminação que será acrescido	Para quanto vai a sua fatura mensal
Até 80*	Até R\$ 32,27	Isento	Não muda
81 a 100	R\$ 32,68 a R\$ 40,34	R\$ 2	R\$ 34,68 a R\$ 42,34
101 a 140	R\$ 40,74 a R\$ 56,48	R\$ 3	R\$ 43,74 a R\$ 59,48
141 a 200	R\$ 56,88 a R\$ 80,69	R\$ 4,50	R\$ 61,38 a R\$ 85,19
201 a 300	R\$ 81,09 a R\$ 121,03	R\$ 6,50	R\$ 87,59 a R\$ 127,53
301 a 400	R\$ 143,79 a R\$ 191,09	R\$ 9,80	R\$ 153,59 a R\$ 200,89
401 a 500	R\$ 191,56 a R\$ 238,86	R\$ 12,80	R\$ 204,36 a R\$ 251,66
501 a 1.000	R\$ 239,34 a R\$ 477,73	R\$ 16	R\$ 255,34 a R\$ 493,73
1.001 a 5.000	R\$ 478,20 a R\$ 2.388,65	R\$ 30	R\$ 508,20 a R\$ 2.418,65
5.001 a 10 mil**	R\$ 2.150,78 a R\$ 4.300,70	R\$ 60	R\$ 2.210,78 a R\$ 4.360,70
Acima de 10mil**	Acima de R\$ 4.300,70	R\$ 90	Acima de R\$ 4.390,70

Fonte: Light, com dados para residências com rede trifásica, em dezembro.  
\* Consumo para imóveis bifásicos \*\* Consumo para comércio e indústria



Leonel Brizola Neto (PDT)



Nereide Pedregal (PDT)



Renato Moura (PMN)



Roberto Monteiro (PCdoB)



Rogério Bittar (PSB)



Rosa Fernandes (DEM)



S. Ferraz (PMDB)



Tânia Bastos (PBR)



Vera Lins (PP)

**Qualquer pessoa poderá entrar na Justiça. O Ministério Público também poderia propor uma ação coletiva**  
Leandro Velloso, procurador jurídico federal

**Quórum multiplicado para aprovar tributo**

> O projeto que cria o ‘imposto da luz’ furou a fila de vetos e outras propostas que estavam na pauta da Câmara graças à habilidade da base governista. Às 14h30, a sessão ordinária foi derrubada por falta de quórum. Pouco depois, a quantidade de vereadores se multiplicou como em um ‘passe de mágica’, e uma sessão extraordinária foi convocada pela Mesa Diretora. Assim, o projeto de criação da taxa foi colocado em pauta.

Durante as discussões, o vereador da oposição Eider Dantas (DEM) tentou adiar a votação, sem sucesso. Após aprovação em primeira discussão, os vereadores votaram a não-publicação da sessão no Diário Oficial, o que permitiu realizar uma nova rodada extraordinária a partir das 19h15. “Foi um rolo compressor. A Câmara não está trabalhando para o cidadão, mas para a prefeitura”, disparou Paulo Messina (PV).